

Quinto elemento de avaliação | 03.03.2020

10º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

MATRIZ | CONTEÚDOS | APRENDIZAGENS RELEVANTES | CONCEITOS

A prova inclui itens de seleção (por exemplo, escolha múltipla e ordenação) e itens de construção (por exemplo, resposta restrita e resposta extensa). Os itens da prova exigem a análise dos documentos apresentados. Esses documentos, de natureza diversa (como textos, imagens, cronologias, mapas e dados quantitativos organizados em gráfico, em quadro ou em tabela), podem apresentar perspetivas diferentes e permitem o estabelecimento de relações na análise de uma problemática decorrente de um ou mais módulos do programa, tendo como suporte documentos.

MATRIZ						
Tipologia de itens		Número de itens	TI	CH	C	Total
Itens de seleção	Escolha múltipla	6	0	30	0	30
	Associação					
	Ordenação					
Itens de construção	Resposta curta	2	0	14	7	21
	Resposta restrita	6	48	50	19	117
	Resposta extensa	1	8	17	7	32
			56	111	33	200

TI = Tratamento de informação/utilização de fontes

CH = Conhecimento histórico

C = Comunicação em História

CONTEÚDOS	
MÓDULO 2 [10º ano, Parte II, da página 34 até à página 83]	
1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL	
1.2. O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento	- (...) afirmação das grandes rotas do comércio externo. - A fragilidade do equilíbrio demográfico.
2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico.	
2.1. A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras.	
2.2. O país urbano e concelhio.	- A multiplicação de vilas e cidades concelhias; a organização do território e do espaço citadino. - O exercício comunitário de poderes concelhios; a afirmação política das elites urbanas.
2.3. O país rural e senhorial	- O exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades; a exploração económica do senhorio; a situação social e económica das comunidades rurais dependentes.

APRENDIZAGENS RELEVANTES
Do programa de História A (**Aprendizagens estruturantes): - analisar a especificidade da sociedade portuguesa, no período de afirmação de Portugal como entidade política autónoma; - **compreender a especificidade da sociedade portuguesa concelhia, distinguindo a diversidade de estatutos dos seus membros e as modalidades de relacionamento com o poder régio e os poderes senhoriais. Ver ainda, no manual: - 10º Ano, parte II: página 11 (5 últimas aprendizagens); página 49 (8 primeiras aprendizagens).

CONCEITOS			
Concelho*	Burguesia	Mesteiral	Imunidade*
Carta de foral			Vassalidade*

* Conceitos estruturantes

** Aprendizagens estruturantes

Negrito – conteúdos sujeitos a exame nacional

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

Quinto elemento de avaliação | 03.03.2020

10º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

Este elemento é constituído por 6 páginas e termina na palavra FIM

**Observa/analisa atentamente os documentos e responde às questões seguintes.
Nos itens de escolha múltipla, indica a letra que transforma a frase numa afirmação verdadeira.**

DOCUMENTO 1

PRIVILÉGIOS DO REI DE FRANÇA AOS MERCADORES DE LUBEQUE⁽¹⁾

1 Filipe IV [...], pela graça de Deus rei de França, aos prebostes, bailios e outros oficiais do nosso reino que virem as presentes cartas, saúde. Tendo visto [...] o conflito ocorrido entre os mercadores de Lubeque [...] e os recebedores da portagem de Bapaume⁽²⁾, por outro, parece-me que quando estes mercadores se dirigem às feiras da Champagne, com
5 as suas mercadorias adquiridas ou compradas na Alemanha, não devem tomar obrigatoriamente a estrada de Bapaume, mas podem ir e vir com as suas mercadorias por onde quiserem, pagando as portagens habituais nos locais a que se destinam. [...] Por esta razão, ordenamos que vos oponhais firmemente a que os ditos mercadores sejam importunados [...].

10 ⁽¹⁾ Lubeque – cidade situada no norte da Europa (atual Alemanha), entre os mares do Norte e Báltico.

⁽²⁾ Bapaume – cidade do reino francês, situada a nordeste de Paris e a cerca de 200 km de Champagne.

P. Dollinger, *La Hanse (XII-XVII siècles)*. Paris, 1964

1. Indica o estrato social defendido pelo Rei de França nesta Carta aos seus funcionários.
2. Explica 2 (duas) condições vantajosas que se reuniam à volta das feiras de Champagne e que levaram ao seu sucesso nos séculos XIII e XIV.

DOCUMENTO 2

MOEDA FRANCA DE FILIPE IV, O BELO



Massa de ouro do Rei Filipe IV, o Belo (1296)

3. A moeda do Documento anterior passou a circular nas feiras medievais do centro da Europa. Identifica 3 (três) novas práticas comerciais e financeiras que também surgiram nessa mesma época.

DOCUMENTO 3

AS DESGRAÇAS DO SÉCULO XIV EM PORTUGAL

- 1 Na era de mil trezentos e setenta e um ano [1333 da era cristã] foi tão mau ano por todo Portugal que andou o alqueire¹ de trigo a XXI seitis² e o alqueire do milho a XXII seitis e o centeio a dezasseis pela medida coimbrã. Igualmente nesse ano andou o almude¹ do vinho vermelho a XXIII seitis e o branco a XXX seitis pela medida coimbrã e bem assim foi
- 5 minguado o ano de todos os outros frutos, pelos quais a gente havia de se manter; neste ano morreram muitas gentes de fome, quanta nunca os homens viram morrer por esta razão, nem viram nem ouviram os homens antigos diante de si que tal cousa vissem, nem ouvissem [...]

¹ alqueire e almude – unidades de medida que variavam entre os 14 e os 18 kg.

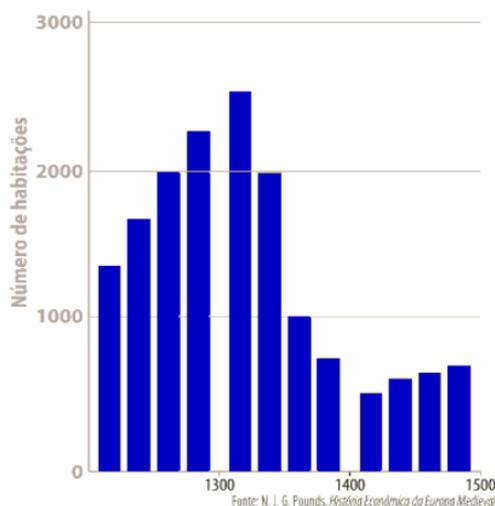
² seitel – antiga moeda portuguesa

Do Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra [adaptado], ANTT

4. Partindo das 2 situações descritas no Documento 3, apresenta 3 (três) causas da fragilidade do equilíbrio demográfico que se verificaram nesse século.

DOCUMENTO 4

NÚMERO DE FOGOS EM SÃO GIMIGNANO, ITÁLIA



5. Com base no Documento 4, indica o fator que explica a brutal queda demográfica ocorrida em Itália na segunda metade do século XIV.

DOCUMENTO 5

BULA MANIFESTIS PROBATUM (1179)

- 1 [...] concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste arrancaste às mãos dos sarracenos. [...] Decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros. [...]. Para significar que o
- 5 referido reino pertence a São Pedro, determinaste pagar anualmente dois marcos de ouro. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. [...].

Eu, Alexandre, Bispo da Igreja Católica [23 de maio de 1179]

6. Explica a importância desta Bula para a criação do Reino de Portugal no contexto da Reconquista Cristã.
7. Escolhe 2 (dois) outros acontecimentos históricos que consideres determinantes para a Reconquista Cristã empreendida por Portugal. Justifica as tuas opções.

8. Coloca, por ordem de importância (do menos importante, para o mais importante), os seguintes estratos da nobreza portuguesa:
A – Cavaleiros;
B – Escudeiros;
C – Infanções;
D – Ricos-homens OU Senhores de pendão e caldeira
9. Associa a **letra** de cada uma das designações dos direitos senhoriais ao **algarismo** da respetiva descrição (a cada designação cooresponde apenas uma descrição).

DESIGNAÇÃO	DESCRIPÇÃO
Fossado A	1 Obrigação de uso do forno do senhor
Lutuosa e manaria B	2 Pagamento para ter acesso ao tribunal do senhor
Peagem C	3 Pagamento para receber uma herança
Posse do forno D	4 Pagamento feito pelos servos para poder casar fora do senhorio
Voz e coima E	5 Pagamento por entrar no senhorio
Gaiosas F	6 Direito do senhor poder recrutar homens para a guerra

10. Associa a **letra** de cada uma das designações das explorações económicas senhoriais ao **algarismo** da respetiva descrição (a cada designação cooresponde apenas uma descrição).

DESIGNAÇÃO	DESCRIPÇÃO
Parte do domínio cuja exploração económica depende diretamente do nobre	A 1 Servos
Designação dos trabalhos obrigatórios e gratuitos exercidos pelos escravos, servos ou colonos livres nas terras referidas em A .	B 2 Casais ou vilares
Parte do domínio arrendado aos camponeses	C 3 Granja
Parte do domínio cuja exploração económica depende diretamente do clero	D 4 Dizima
Rendimento da Igreja católica que consiste na décima parte de toda a produção	E 5 Herdadores
Membros do povo possuidores de terras	F 6 Jeiras
Membros do povo que trabalham em terras alheias	G 7 Reserva, quintã ou paço
Membros do povo que não podem abandonar as terras em que vivem e trabalham	H 8 Colonos

DOCUMENTO 6	
FORAL DE LISBOA (1179), CONFIRMADO EM 1252	
1	Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, Ámen. Com a ajuda da graça de Deus que a tudo fecunda generosamente, eu, Afonso, pela divina vontade Rei dos portugueses, conquistei aos sarracenos, à custa dos trabalhos e do engenho meus e dos meus homens, a cidade de Lisboa e restitui-a ao culto de Deus, entregando-a depois a vós,
5	meus homens e vassallos e criados, para a habitardes como terra vossa. Aprouve-me agora, de espontânea vontade e com franqueza de ânimo, dar-vos e outorgar-vos um bom foro, tanto para os presentes como para os vindouros que por todo o sempre aí vierem a morar, de acordo com o qual vós e os vossos sucessores deveis satisfazer os encargos à coroa a seguir especificados, que me sejam devidos ou aos meus descendentes. Assim,
10	dou-vos por foro que se alguém entrar em casa violentamente e armado, havendo testemunhas presenciais que sejam homens bons, pague 500 soldos sem se lhe admitir defensor em juízo. Se dentro de casa o agressor for morto, o dono de casa ou quem o

15 matar pague 1 maravedi. E se só for ferido pague ½ maravedi. [...] O furto provado pelo
testemunho de homens bons seja composto pelo pagamento do valor correspondente a
nove vezes o da coisa furtada. Quem for encontrado, segundo testemunho de homens
bons, a vender o seu vinho durante o período reservado à venda do vinho de El Rei,
violando o relego, pague pela primeira vez 5 soldos, pela segunda vez 5 soldos, mas se for
achado terceira vez provando-se com testemunho de homens bons, entorne-se-lhe o
vinho e partam-se-lhe as cubas. [...] Os moradores de Lisboa podem livremente ter tendas,
20 e fornos de pão e de louça. Dos fornos de telha pagarão dízima. [...] A almotaçaria
pertencerá ao concelho. O concelho da vila e o alcaide, elegerão o almotacé. [...] Os
pescadores paguem a dízima. [...] O almocreve que viver da almocrevaria pague o seu
tributo uma vez por ano. Mas o cavaleiro que empregar o seu cavalo ou animais seus na
almocrevaria, não deve tributo. Os moradores de Lisboa que tiverem pão, vinho, figos, ou
25 azeite em Santarém ou noutros lugares e os trouxerem para Lisboa para seu consumo e
não para revenda não devem portagem por esses géneros. [...] O clérigo tenha foro
completo de cavaleiro. E se for encontrado com alguma mulher a praticar ação
vergonhosa, não lhe ponha o mordomo a mão em cima, nem o prenda de maneira
nenhuma, embora possa prender a mulher, se quiser. [...] O cavaleiro de Lisboa ao qual o
30 rico-homem que em nome da Coroa governar o distrito beneficiar com terra sua ou dos
haveres para o contar entre os seus homens será por mim aceite no número de cavaleiros
do meu rico-homem. [...] Quando os cavaleiros explorem o campo inimigo sob o comando
do alcaide nada pode este tomar para si de presa, que não seja dado de boa vontade por
eles. [...] Ferreiro, sapateiro ou peliteiro que tiver casa em Lisboa e trabalhar nela, não
35 pague por ela nenhum tributo. E aquele que possuir mouro que seja ferreiro ou sapateiro
e trabalhar em sua casa, não pague tributo por ela. [...] Os moradores de Lisboa ficam
isentos da lutuosa. [...] As padeiras de Lisboa paguem de tributo um pão em cada 30. [...] E
assim vos dou e concedo por foro todas as coisas prescritas, e estas observe o mordomo,
pelo testemunho dos homens bons, e não outras. Os cavaleiros de Lisboa testemunhem
40 como infanções de Portugal. Aquele que firmemente vos respeitar este meu diploma
receberá as bênçãos de Deus e as minhas. Mas quem o queira violar seja perseguido pela
maldição de Deus e minha. Feita a carta em Coimbra no mês de Maio da Era de 1217. Eu,
supradito Rei D. Afonso, roboro e confirmo esta carta que mandei fazer. [...] Eu Dom
Afonso pela graça de Deus Rei de Portugal filho d'El Rei Dom Sancho e da Rainha Dona
45 Dulce, juntamente com a minha mulher, a Rainha Dona Leonor. Esta carta, a qual o meu
avô, o Rei Dom Afonso ao Concelho de Lisboa, e meu pai a eles outorgou. Outorgo e
confirmo, e do meu selo de chumbo a fiz selar. E isto foi em Lisboa, terceira calenda de
Abril, Era de 1252. Dom Estêvão, Arcebispo de Braga presente foi; Dom Julião, Chanceler
da Corte presente foi; Gonçalo Pais, Alcaide de Lisboa presente foi.

Foral de Lisboa (1179), confirmado em 1252

11. “Assim, dou-vos por foro que se alguém entrar em casa violentamente e armado, havendo testemunhas presenciais que sejam homens bons, pague 500 soldos sem se lhe admitir defensor em juízo.” (linhas 9-12) **Esta frase revela que...**
- (A) quem entrasse na casa de outro habitante de Lisboa sem sua licença tinha de pagar 500 soldos.
 - (B) os homens-bons eram chamados ao Rei para testemunhar contra os nobres violentos e armados.
 - (C) o rei recebe 500 soldos cada vez que houver uma invasão de uma casa de um homem-bom.
 - (D) o testemunho dos homens-bons era incontestável e, neste caso, os acusados não tinham direito a defensor no tribunal.

12. "A almotaçaria pertencerá ao concelho. O concelho da vila e o alcaide, elegerão o almotacé." (linhas 20-21) **O almotacé era, em Lisboa...**
- (A) um funcionário do Rei encarregue da defesa militar da cidade.
 - (B) um funcionário encarregue da economia da cidade.
 - (C) um membro da nobreza.
 - (D) nomeado pelo alcaide.
13. "Quando os cavaleiros explorem o campo inimigo sob o comando do alcaide nada pode este tomar para si de presa, que não seja dado de boa vontade por eles." (linhas 32-34) **Esta disposição do foral impõe que quando a ofensiva militar fosse comandada pelo alcaide...**
- (A) tudo o que fosse conquistado pelos cavaleiros passava a pertencer ao Rei.
 - (B) as novas terras eram integradas no termo da cidade.
 - (C) o direito de saque pertencia à nobreza.
 - (D) o direito de saque passava a pertencer ao alcaide.



14. **A imagem indica 3 zonas distintas da cidade de Lisboa durante a Idade Média. Identifica-as, indicando 1 (uma) característica de cada uma delas.**
15. **Desenvolve o tema "O país urbano e concelhio: a sua importância no desenvolvimento económico do país" abordando os tópicos de orientação seguintes:**
- grupos sociais destes espaços;
 - atividades administrativas e económicas;
 - organização dos espaços urbanos.

Na tua resposta

- analisa os três tópicos de orientação, apresentando dois elementos para cada tópico;
- integra os dados dos documentos apresentados anteriormente e que consideres pertinentes (documentos 1 a 7).

FIM

COTAÇÕES

	RR	RC	RR	RR	RR	RR	RC	EM	EM	EM	EM	EM	EM	RR	RE	
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	
TI	6	--	6	10	6	10	--	--	--	--	--	--	--	10	8	56
CH	7	8	9	9	8	7	7	4	6	8	4	4	4	9	17	111
C	3	4	4	3	2	3	4	--	--	--	--	--	--	3	7	33
	16	12	19	22	16	20	11	4	6	8	4	4	4	22	32	200

TI = Tratamento de informação/utilização de fontes

CH = Conhecimento histórico

C = Comunicação em História

6	EM	Escolha múltipla/associação/ordenação
2	RC	Resposta curta
6	RR	Resposta restrita
1	RE	Resposta extensa

Quinto elemento de avaliação | 03.março.2020

10º Ano | Professor: Renato Albuquerque

Sugestão de respostas / classificação do/a aluno/a

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova (quando exista) implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos. Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

No item de resposta curta que solicita a transcrição de elementos de um documento escrito, apenas é atribuída a pontuação total às respostas que apresentem a afirmação ou o excerto corretos e respeitem, na íntegra, as regras de transcrição (sinais gráficos de aspas e de supressão).

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes:

(A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeitos de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos.

No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

		TI	CH	C
1.	<p><i>Tratamento de informação:</i> Carta de Filipe IV, Rei de França, aos seus funcionários, determinando que os comerciantes de Lubeque podem escolher os caminhos que quiserem para irem às feiras de Champagne, não sendo obrigados a pagar as portagens de uma determinada terra (Bapaume)</p> <p><i>Conhecimento histórico:</i> O Rei protege os mercadores OU o estrato popular dos mercadores (linhas 3 e 8).</p>	6	7	3
2.	<p>O aluno devia indicar duas de entre as seguintes condições vantajosas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - situavam-se no eixo de ligação entre o comércio do norte flamengo e do sul italiano; - decorriam sucessivamente de modo a que houvesse sempre alguma a decorrer nessa região; - gozavam da proteção real e senhorial (documento 1); - tinham isenção ou redução de impostos. 	--	8	4
3.	<p><i>Tratamento de informação:</i> O Documento 2 reproduz uma moeda de ouro (uma <i>massa</i>) de 1296 do Rei Filipe o Belo, refletindo o (re)aparecimento das moedas e o surgimento da economia monetária.</p> <p><i>Conhecimento histórico:</i> O aluno devia referir três de entre as novas práticas comerciais e financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - surgimento de sociedades comerciais; - aparecimento dos seguros; - pagamentos em papel: cheques e letras de câmbio; - atividades cambistas: troca/avaliação de moedas; - atividades bancárias: depósitos, transferências de dinheiro, empréstimos. 	6	9	4
4.	<p><i>Tratamento de informação:</i> O Documento 3 transcreve parte de um texto do Livro da Noa de Santo Cruz de Coimbra que descreve as consequências de um mau ano agrícola (1333) em Portugal: carestia OU subida dos preços, fome e morte.</p> <p><i>Conhecimento histórico:</i> O aluno devia referir três das seguintes causas da fragilidade do equilíbrio demográfico no século XIV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pouca rentabilidade da produção agrícola que, mesmo com as inovações introduzidas entre os séculos X e XIII, gerava poucos excedentes e estava muito dependente do clima, como se refere no Documento 3: "(...) foi tão mau ano (...)" (linha 1) e "(...) foi minguido o ano de todos os outros frutos (...)" (linhas 4-5), provocando fome; - carestia OU subida dos preços como é referido nas linhas 2 a 4, provocando também fome; - fragilidades nos cuidados higiénicos e de saúde que não resistiam às epidemias como a Peste Negra. <p>Estas causas fizeram aumentar o número de mortos, levando à diminuição da população europeia.</p>	10	9	3
5.	<p><i>Tratamento de informação:</i> O Documento 4 inclui um gráfico de barras que reflete a evolução do número de fogos OU casas de habitação na povoação de São Gimignano, em Itália, nos vários quartéis OU cada 25 anos dos séculos XIII a XV.</p> <p>O gráfico revela uma queda abrupta da população no século XIV: cerca de 2500 fogos no início para menos de 1000 no final do século. A recuperação no século XV é lenta, não chegando sequer aos valores do final do século anterior.</p> <p><i>Conhecimento histórico:</i> A causa desta queda abrupta é a chegada da Peste Negra a Itália.</p>	6	8	2
6.	<p><i>Tratamento de informação:</i> O Documento 5 transcreve a Bula Manifestis Probatum em que "Alexandre" (o Papa Alexandre III) reconhece o destinatário (Afonso Henriques) como Rei de Portugal e refere o pagamento a fazer anualmente ("dois marcos de ouro" – linha 5).</p> <p><i>Conhecimento histórico:</i> O aluno devia indicar a importância de um destes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Bula reconhece a existência do reino de Portugal e Afonso Henriques e os descendentes como seus reis. 	7	10	3

	- A "autoridade apostólica" do Papa garante que os outros reinos cristãos também têm de respeitar esta decisão. Esta questão é importante, nomeadamente, em relação ao reino de Leão do qual Afonso Henriques se tornou independente. [- A Bula também afirma a tentativa de superioridade do Papa (poder espiritual) sobre o poder dos reis (poder temporal); por isso, o Papa reafirma a obrigatoriedade de pagar um tributo anual de "dois marcos de ouro" ao seu representante, o Arcebispo de Braga. Contudo, a pergunta não é sobre este tema.]			
7.	<i>Conhecimento histórico:</i> O aluno devia escolher 2 de entre os seguintes acontecimentos históricos ou outros considerados corretos: - 1143, Tratado de Zamora, reconhecimento de Portugal pelo rei de Leão; - 1147, conquista da linha do Tejo e de Lisboa; - 1212, participação na Batalha de Navas de Tolosa em que as tropas cristãs vencem os Mouros; - 1249, conquista de Silves e do Algarve por Afonso III, fim da Reconquista Cristã em Portugal [- 1267, Tratado de Badajoz e 1297, Tratado de Alcanises, definem as fronteiras definitivas de Portugal. Contudo, a Reconquista já estava terminada pelo que não responde à questão colocada.]	--	7	4
8.	B, A, C, D	--	4	--
9.	A6, B3, C5, D1, E2, F4 Será atribuído 1 ponto por cada par certo.	--	6	--
10.	A7, B6, C2, D3, E4, F5, G8, H1 Será atribuído 1 ponto por cada par certo.	--	8	--
11.	(D)	--	4	--
12.	(B)	--	4	--
13.	(C)	--	4	--
14.	<i>Tratamento de informação:</i> O Documento 7 reproduz uma planta medieval de Lisboa onde se assinalam 3 zonas distintas, A, B e C. <i>Conhecimento histórico:</i> O aluno devia indicar as seguintes zonas para cada uma das letras e uma das suas características: A – Cidade velha, muralhada, de origem muçulmana com duas zonas distintas: a norte, a alcáçova onde se situa o castelo; a sul, a almedina. B – Zona dos arrabaldes, situada fora da cidade velha e que virá a ser protegida por novas muralhas. Aí se situam as atividades que dão "maus ares" ou "maus cheiros" (poluição), as hortas, os almocreves, os mendigos, os leprosos, as ordens religiosas mendicantes, os pobres, os marginais, as minorias religiosas... C – Termo, zonas de abastecimento das vilas ou cidades, de recrutamento de soldados, de produção artesanal e que têm de pagar impostos àquelas.	10	9	3

15.	Desenvolvimento do tema "O país urbano e concelhio: a sua importância no desenvolvimento económico do país". - Grupos sociais destes espaços O aluno devia referir dois destes elementos: <ul style="list-style-type: none"> Nos concelhos habitam os membros do povo, aqueles que se denominam "vizinhos". Também podem viver membros do clero e da nobreza se prescindirem dos seus privilégios, assim como o representante do rei, o alcaide-mor. A zona central, muralhada desde o início, é habitada pelos mais ricos, os homens-bons. Nas cidades vivem também, geralmente nos arrabaldes [Documento 7], os mais pobres (mestrais, membros de ordens mendicantes...) assim como os grupos discriminados (judeus, mouros, doentes...) - Atividades administrativas e económicas	Compreensão histórica	A – Identificação e Explicação	8 ou 6 ou 4	32 a 3
			B – Articulação temática e Organização	17 ou 14 ou 10 ou 5	

	<p>O aluno devia referir dois destes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O concelho tinha autonomia administrativa, reconhecida pelo foral [documento 6]: nomeava o almotacé e o alcaide (este com o alcaide); • O concelho é administrado pela Assembleia de Vizinhos que podem fazer <i>posturas municipais</i> e regulam a fiscalização, a distribuição de terras, a gestão dos pastos e bosques, a higiene, os bons costumes, etc. • A Assembleia de Vizinhos elegia os alcaides ou juizes, o procurador (tesoureiro e representante do concelho) e o chanceler; • O testemunho dos mais ricos, os homens-bons é incontestável e são eles que ocupam as magistraturas; • Os habitantes podiam ter livremente tendas e não pagavam portagem pelas mercadorias que trouxessem se fossem para seu consumo; os ferreiros, sapateiros ou peliteiros não pagam tributo ao rei; nenhum habitante paga por receber bens dos falecidos (lutuosas); • os cavaleiros-vilãos serão promovidos ao estatuto da nobreza (infações). <p>- Organização dos espaços urbanos</p> <p>O aluno devia referir dois destes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A cidade mais antiga é muralhada e como é de origem muçulmana integra a alcáçova (com o castelo) e a almedina; • Nas muralhas há portas guardadas de dia e por onde se entra pagando a peagem ou a portagem e fechadas durante a noite; • Dentro da cidade há uma praça principal em torno da qual se localizam os palácios dos mais ricos ou importantes, a Sé e o paço episcopal • Fora das muralhas instalam-se os mais pobres ou os excluídos que acabam por ser mais tarde integrados na cidade após a construção de novas muralhas; • No termo localizam-se os campos de cultivos, os bosques, os baldios e outras povoações dependentes de Lisboa que fornecem os soldados e a mão-de-obra necessária à cidade. 	C – Integração dos Documentos	7 ou 5 ou 3	
--	---	-------------------------------	-------------------------	--

Errata:

A Cotação acima publicada já está corrigida - havia uma troca entre a cotação do Tratamento de Informação dos itens 1 e 2 e no item 6, os valores do TI e do CH estavam trocados.